

EM TODO O BRASIL

Começa a campanha salarial



Servidores federais de todo o país começam as discussões e mobilizações em torno da defesa dos servidores e serviços públicos. A campanha salarial 2012 tem em seu centro o combate às reformas e projetos de lei que atacam os direitos dos trabalhadores e não reverterem o estágio de precarização dos serviços públicos que geram má qualidade para o atendimento da população.

Um desses projetos é o PL 549/09 que congela as despesas e encargos sociais até 2019. Apesar deste projeto ter sido rejeitado nas Comissões do Trabalho e Finanças da Câmara Federal, os servidores públicos devem ficar atentos e mobilizados para que tal projeto não nos seja imposto na calada da noite assim como outros nos foram.

Outro projeto que ataca nossos direitos é o PLP 248/98. Criado pelo governo FHC, este projeto ainda está em tramitação e pretende regulamentar a demissão do servidor público estável sob o falso pretexto de “avaliar o desempenho”. Este PL é uma ferramenta punitiva que pretende colocar o servidor público sob pressão da política do governo, que é sempre transitório.

Neste segundo ano de Dilma não há nenhuma sinalização por parte do governo de uma política salarial permanente com atualização dos salários dos servidores federais, conforme manda a Constituição Federal e a Lei sobre o poder de compra dos salários. Não houve para 2012 alocação de recursos nem projetos de lei que previssem tais reajustes.

Para 2012, o quadro de previsões de gastos nas mais diversas áreas pouco mudou em relação ao que foi previsto para o ano passado. A maior quantidade dos recursos continuará tendo o mesmo destino: quase a metade (47,19%) dos recursos do orçamento geral da união irão para o pagamento de juros e amortizações da dívida pública, enquanto a saúde ficará com 3,98% e a educação com 3,18%. Os cálculos são do Movimento pela Auditoria Cidadã da Dívida, que monitora cotidianamente os gastos do governo.

Estão previstos para este ano aproximadamente R\$ 655 bilhões para o pagamento da dívida, todo o orçamento da seguridade social previsto é de R\$ 535 bilhões. Dramática ainda são as previsões para as outras áreas fundamentais como saneamento, habitação, energia, segurança pública e cultura que receberão menos de 1% do orçamento em 2012.

Se depender da vontade do governo, a nossa categoria continuará sendo ignorada e os aposentados e pensionistas do Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS), que recebem mais de um salário mínimo, não terão um reajuste acima da inflação. A lógica o governo continua sendo a mesma: favorecer os grandes grupos econômicos em detrimento dos direitos dos trabalhadores e do povo. Um absurdo que merece nosso repúdio e nos remete a tarefa de prepararmos a nossa categoria para novas jornadas de lutas por todo o Brasil.

Neste contexto, o SINTPREVS, a FENASPS e um conjunto de outras entidades já começaram a se articular em torno da Campanha Salarial 2012 em defesa dos servidores e serviços públicos e contra os projetos que pretendem prejudicar o setor público.

Confira abaixo os principais eixos da campanha salarial 2012:

- :: Contra qualquer reforma que retire direitos dos trabalhadores
- :: Política Salarial permanente com reposição inflacionária, valorização do salário base e incorporação das gratificações
- :: Retirada dos PLP's, MP's, Decretos contrários aos interesses dos servidores públicos (PLP 549/09, PLP 248/98, PLP 92/07, MP 520/10 e demais proposições. Supressão do Artigo 78, da LDO, que define o prazo até 31/08, para encaminhar Projetos de Lei que reestrutura carreira e concede qualquer tipo de reajuste aos trabalhadores. Supressão do artigo que trata da mudança de indenizar a insalubridade/periculosidade no PL 2203/11 e supressão do artigo que trata da redução remuneratória aos médicos que têm sua carga horária regulamentada por lei no PL 2203/11)
- :: Cumprimento por parte do governo dos acordos e protocolos de intenções firmados
- :: Paridade entre ativos, aposentados e pensionistas
- :: Definição de data-base (1º de Maio)

Pag. 2

Todos contra a nova reforma da previdência!

Pag. 3

30 horas: Uma conquista dos servidores do INSS

O PL 1992/2007

Todos contra a nova reforma da previdência!

O PL 1992/2007 É, NA PRÁTICA, A PRIVATIZAÇÃO DA PREVIDÊNCIA DOS TRABALHADORES



O governo federal quer aprovar uma nova reforma da previdência dos servidores públicos. Segundo notícias, a idéia é que este Projeto de Lei (PL) 1992/2007 fosse aprovado antes mesmo do Carnaval. Na proposta, todos os funcionários que ingressarem no serviço público federal terão o valor de sua aposentadoria e pensão limitado ao teto válido para os trabalhadores da iniciativa privada, atualmente R\$ 3.691,74. O PL 1992/2007 é, na prática, a privatização da previdência dos trabalhadores, pois para garantirem uma aposentadoria maior do que este teto, os servidores públicos deverão entregar suas contribuições previdenciárias à Fundação da Previdência Complementar do Servidor Público Federal (Funpresp), que será uma grande Fundo de Pensão administrado por grandes bancos e que investiriam tais contribuições em ativos que podem se tornar podres em função de crises econômicas. O valor das aposentadorias dependerá da rentabilidade deste fundo, que estará à mercê das instabilidades financeiras e de crises econômicas como a que assistimos hoje ocorrer pelo mundo. Além disso, as instituições financeiras não terão nenhuma responsabilidade sobre perdas causadas por tais papéis podres, que obviamente irão liquidar as futuras aposentadorias dos servidores públicos. Representantes do governo já afirmaram que Dilma não abrirá mão de aprovar este projeto. Portanto, todos os servidores públicos devem se unir numa grande campanha para barrar mais este ataque à classe trabalhadora que sempre é o setor atacado quando se pretende manter os lucros e poder do capital financeiro.



GDI: Sindicato garante pagamento aos servidores da URES-Reduto

No final do ano passado, a Gratificação de Desempenho Institucional (GDI) dos servidores cedidos pelo Ministério da Saúde à SESPA da Unidade de Referência Especializada do Reduto foi suspensa pela chefia da Unidade. Frente a esta atitude autoritária, o SINTPREVS se utilizou de todos os mecanismos possíveis para garantir o retorno desta gratificação, visto que é entendida enquanto um direito previsto na Constituição Federal. Em Parecer, a SESPA deu parecer favorável e ordenou o retorno do pagamento do GDI a estes servidores.

GEAP: Julgamento sobre convênios é suspenso



No final de 2011, o STF deu prosseguimento ao julgamento do Mandado de Segurança movido pela Fenasps contra o Acórdão do Tribunal de Contas da União (TCU) que proíbe a celebração de convênios entre órgãos e entidades da Administração Federal com a Geap, à exceção do Ministério da Previdência Social, do Ministério da Saúde e do INSS, que são os patrocinadores originais da Fundação. O Mandado de Segurança da Fenasps defende a manutenção de todos os convênios existentes e que a Geap possa firmar novos convênios, desde que sejam com servidores públicos federais. Com três votos favoráveis e três contra, e após calorosa discussão, o presidente do STF, Ministro Cesar Peluso, pediu vistas do processo, postergando o julgamento final para este ano, restando o voto de mais quatro ministros. A Fenasps e SINTPREVS continuarão mobilizando os ministros do Supremo para que a justiça prevaleça e não sejam colocadas em risco mais de 250 mil vidas que contam com a Geap.

30 horas:

Uma conquista dos servidores do INSS

A REDUÇÃO DA JORNADA DE TRABALHO SEMPRE FOI UMA REIVINDICAÇÃO HISTÓRICA DOS TRABALHADORES BRASILEIROS.

A redução da jornada de trabalho sempre foi uma reivindicação histórica dos trabalhadores brasileiros. Sua implementação visa a melhoria da qualidade de vida, garantindo mais tempo livre para o convívio familiar e o lazer, podendo também servir como uma política pública de geração de emprego e renda, nestes tempos em que o desemprego e a precarização do trabalho alcançam índices cada vez mais alarmantes.

Entre os servidores do INSS essa necessidade é crescente, visto que o processo de trabalho tem se tornado cada vez mais robotizado, com controle rígido de ponto e das atividades dos servidores no horário de trabalho. Estamos trabalhando cada dia mais, de forma muito mais intensa e sob condições cada vez mais degradantes, sem a devida manutenção dos locais de trabalho. Por isso, a conquista da jornada de 30 horas semanais para os servidores do INSS deve ser comemorada por todos da categoria.

Outro categoria que possui a necessidade premente necessidade a redução da jornada é a dos assistentes sociais, fisioterapeutas e terapeutas ocupacionais e já foi inclusive regulamentada pela Lei 12.317/2010, mas não tem sido cumprida pelo INSS, o que deve ser motivo para que nos mobilizemos para a garantia do cumprimento desta lei.

Em dezembro de 2011, durante a inauguração de uma nova Agência



da Previdência Social (APS) em Capanema, uma comissão formada pelos Diretores do SINTPREVS, Antonio Maués (INSS), Carlos (Min. Saúde) e Fatima Moura (Min. Saúde) e servidores das APS – Capanema, APS - Castanhal e APS – Bragança, inquiriram o Presidente do INSS, Mauro Hauschild, sobre a efetiva implementação das 30 horas no dia 1º de março deste ano, conforme prometido pelo Ministério da Previdência Social.

Além disso, o SINTPREVS exigiu que essa jornada seja aplicada a todos os

servidores das APS, incluindo os trabalhadores das Agências de Atendimento de Demandas Judiciais (ADJ), e também às APS com até 3 servidores. Exigiu também a incorporação da Gratificação de Desempenho de Atividade do Seguro Social (GDASS). Sobre estas últimas demandas, o presidente do INSS não se comprometeu, mas temos acompanhado diversas declarações de Hauschild na mídia garantindo o cumprimento das 30 horas no dia 1º de março.

A redução de nossa jornada de trabalho é fruto de nossa mobilização e de acordos firmados por sucessivos governos federais em consequência de nossas greves. A implementação efetiva das 30 horas é a prova cabal de que os trabalhadores só podem garantir seus direitos de forma coletiva e unida, mobilizando-se e ocupando as ruas e praças de nosso país.

Ato no Dia dos Aposentados denuncia descaso com a previdência do trabalhador

SOB O PRETEXTO DE UM SUPOSTO DÉFICIT PREVIDENCIÁRIO, O GOVERNO TEM ONERADO MILHÕES DE TRABALHADORES QUE POR ANOS CONTRIBUÍRAM HONESTAMENTE PARA A PREVIDÊNCIA DE NOSSO PAÍS, DEIXANDO-OS ABANDONADOS À PRÓPRIA SORTE.



Na manhã do dia 24 de janeiro, o SINTPREVS realizou um ato em frente à Gerência Executiva do INSS em Belém. Diversos servidores da categoria e beneficiários do INSS se fizeram presentes e denunciaram o descaso do governo federal com a previdência do trabalhador.

Um panfleto distribuído pelo sindicato reivindicava uma maior valorização dos aposentados, que vem tendo seu benefício desvalorizado ano após ano, já que o reajuste das aposentadorias corresponde apenas à inflação do ano anterior, que foi de 6,08%, não oferecendo a eles nenhum

ganho real.

Com isso, mais de 300 mil aposentados que recebiam até o ano passado mais de um salário mínimo terão de se contentar somente com o piso do INSS que é de R\$ 622,00 (um salário mínimo). O SINTPREVS reivindica que o reajuste dos aposentados siga o mesmo percentual do salário mínimo, que neste ano sofreu um aumento de 14,13%.

Além disso, o sindicato reivindica a volta da integralidade das aposentadorias, já que hoje recebe-se pela média do histórico da contribuição de cada trabalhador ao invés do valor integral do salário à época da aposentadoria, e pede o fim do fator previdenciário que força o trabalhador a permanecer no mercado de trabalho sob pena de receber uma aposentadoria irrisória.

Todas essas medidas tomadas pelos sucessivos governos federais tem reforçado a situação de vulnerabilidade da qual sofrem os aposentados. Sob o pretexto de um suposto déficit previdenciário, o governo tem onerado milhões de trabalhadores que por anos contribuíram honestamente para a previdência de nosso país, deixando-os abandonados à própria sorte.

Na verdade, o discurso do déficit tem sido usado para escamotear a verdadeira opção deste governo e dos anteriores: opção pelo superávit primário para o pagamento de uma dívida ilegal; opção pelo escoamento de dinheiro para o capital financeiro; opção por reformas que forcem a privatização dos direitos dos trabalhadores.



POLÍTICAS DE PROTEÇÃO À SAÚDE DO TRABALHADOR

Em estudo recente realizado pela Auditoria Geral no período de 2008 a 2010 em 16 cidades do país, entre elas Belém, foi comprovada a existência de um alto índice de absenteísmo por licença médica entre os servidores do INSS.

A defesa do trabalho decente, instituído pela Organização Internacional do Trabalho em 1999, pressupõe a garantia de um trabalho adequadamente remunerado, exercido em condições de liberdade, equidade e segurança. Por estes motivos, a atenção à saúde do trabalhador é uma questão fundamental na conquista pela qualidade de vida para o funcionalismo público.

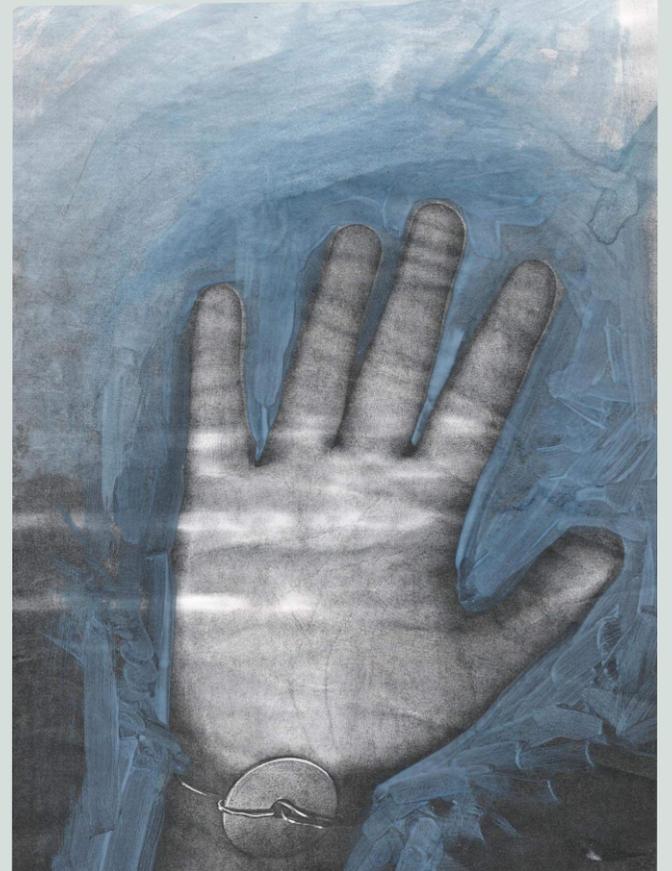
Em estudo recente realizado pela Auditoria Geral no período de 2008 a 2010 em 16 cidades do país, entre elas Belém, foi comprovada a existência de um alto índice de absenteísmo por licença médica entre os servidores do INSS. As causas encontradas a partir de entrevistas foram diversas, tais como as más condições e sobrecargas de trabalho, o elevado nível de assédio moral por parte dos gestores e as agressões cometidas pelos usuários.

Segundo a pesquisa, de janeiro a agosto de 2010 foram homologadas 6.478 licenças com mais de cinco dias, o que leva a um total de 211.258 dias de afastamento de servidores em todo o Brasil. Só na superintendência Centro-Oeste/Norte foram 988 licenças, totalizando 31.576 dias. Em

Belém, foram 209 servidores licenciados em 2008 de um total de 804 servidores ativos.

No Ministério da Saúde a situação não é muito diferente. Devido ao intenso esgotamento físico e mental no trabalho, muitos servidores sofrem frequentemente da Síndrome de Burnout. Além disso, os servidores relatam o constante aparecimento de doenças respiratórias e relacionadas à má postura, o que demonstra o descaso e o sucateamento dos espaços de trabalho.

Tais informações coletadas sobre a saúde do servidor devem servir de base para a construção de políticas de proteção à saúde do trabalhador nos locais de trabalho. O combate impiedoso ao assédio moral, a denúncia intransigente da precariedade dos espaços de trabalho e a luta pela redução da jornada de trabalho e consequente abertura de novos processos seletivos estão no centro de nossas reivindicações para a conquista de melhores condições de vida e trabalho, mais humanas, dignas e fraternas.



GT DA CARREIRA REUNIÕES COM A PARTICIPAÇÃO DE DOIS DELEGADOS POR LOCAL DE TRABALHO DO MINISTÉRIO DA SAÚDE, FUNASA E INSS.



Como deliberação da Assembleia do SINTPREVS realizada em novembro no Ministério da Saúde, o sindicato tem realizado reuniões do Grupo de Trabalho (GT) da Carreira com a participação de dois delegados por local de trabalho do Ministério da Saúde, FUNASA e INSS.

Já foram realizadas 5 reuniões, que têm se dedicado a fazer um estudo sistemático das tabelas salariais de 2012 lançadas pelo governo, e também das tabelas de 2013 e 2014 produzidas pela FENASPS e pelo DIEESE. Além disso, o

GT tem estudado e pensado em ações relacionadas aos PL's 549, 29, 1992 e 2203/2011, ao mandado de injunção, à avaliação de desempenho no Ministério da Saúde e Ex-FUNASA, GDI, Plano Bresser e 28,86%e paridade.

Duas das propostas aprovadas pelo GT são: realização do 1º Encontro do GT da Carreira, com o intuito de discutir conjuntura, carreira e GEAP, com data a confirmar; construção de uma mobilização intensa junto aos

parlamentares e partidos de nosso Estado, culminando com um grande ato em frente ao Ministério da Saúde denunciando o tratamento dado pelo governo aos servidores da carreira Previdência, Saúde e Trabalho, denunciando também as condições de trabalho e a necessidade de reforma do Prédio da Manuel Barata com a Pres. Vargas (Ex INAMPS). As próximas reuniões já estão marcadas. Neste semestre, acontecerão no dia 09 de fevereiro, 08 de março, 05 de abril, 3 de maio e 07 de junho, sempre às 15h na sede administrativa do Sintprevs.

SINTPREVS
22
ANOS

De lutas e conquistas para toda a categoria

O Sindicato precisa de sua força!

O Sintprevs presta conta com você



SINDICATO DOS TRABALHADORES PÚBLICOS EM PREVIDÊNCIA, SAÚDE, TRABALHO E ASSISTÊNCIA SOCIAL NO ESTADO DO PARA - SINTPREVS BALANCETE FINANCEIRO JANEIRO A DEZEMBRO DE 2011

	1o. SEMESTRE	2o. SEMESTRE	TOTAL
Saldo Anterior	10.488,25	7.080,83	17.569,08
RECEITAS			
Repasso Sindical	332.481,66	365.035,80	697.517,46
Receitas Diversas	9.461,78	4.073,76	13.535,54
TOTAL RECEITAS	341.943,44	369.109,56	711.053,00
DESPESAS			
Administração			
Aluguel de Imóvel	13.328,00	13.200,00	26.528,00
Despesa c/ Cartório	270,80	222,15	492,95
Correios e Sedex	653,50	402,15	1.055,65
Xerox e Autenticação	344,15	564,70	908,85
Alimentação	9.196,60	10.681,42	19.878,02
Jornais e Revistas		559,00	559,00
Material de Limpeza	228,45	10,45	238,90
Água	331,81	333,28	665,09
Luz	8.783,80	11.176,19	19.959,99
Telefone	12.261,28	10.538,33	22.799,61
Material p/ Expediente	1.299,16	1.681,68	2.980,84
Impressos	3.930,00	1.780,00	5.710,00
Man. de Maq. e Equipam..	770,00	570,00	1.340,00
Conservação de Bens Imóveis	344,10	1.146,20	1.490,30
Manutenção da Sede	5.889,00	5.617,42	11.506,42
Multa e Juros		58,86	58,86
Despesas Bancárias	504,51	565,00	1.069,51
Promoção	11.841,00	15.539,00	27.380,00
Contribuição Diversas		10.499,70	10.499,70
Despesas Diversas	491,41	181,89	673,30
Utensílios de Cozinha	245,44	524,69	770,13
Serviços de Vigilância	1.540,43	1.500,00	3.040,43
Despesa de Internet	210,00	105,00	315,00
Impostos e Taxas	479,43		479,43
Materiais Diversos	2.457,04	678,02	3.135,06
Repasso	29.035,85	9.885,83	38.921,68
Man. de Móveis e Utensílios	60,00		60,00
Despesas Judiciais	69.377,66	78.876,08	148.253,74
Sub Total	173.873,42	176.897,04	350.770,46
Pessoal			
Salários	27.166,91	21.747,98	48.914,89
Indenização		1.222,06	1.222,06
13º Salário		4.310,31	4.310,31
Férias		6.526,61	6.526,61
Assessoria Contábil	6.260,00	10.130,00	16.390,00
Assessoria Jurídica	33.000,00	21.000,00	54.000,00
Gratificação	1.800,00	1.650,00	3.450,00
Assessoria de Imprensa	5.000,00	6.000,00	11.000,00
Vale Alimentação	5.418,90	4.820,40	10.239,30
Custos Judiciais	700,00		700,00
Diárias	1.025,00	554,00	1.579,00
Ajuda de Custo	120,00	140,00	260,00
Sub Total	80.490,81	78.101,36	158.592,17
Encargos Sociais			
INSS	7.406,06	7.474,31	14.880,37
FGTS	2.369,96	3.508,52	5.878,48
PIS	296,85	315,65	612,50
IPTU	512,00	768,00	1.280,00
Alvará	645,00		645,00
Sub Total	11.229,87	12.066,48	23.296,35

Transportes			
Despesas de Viagens	29.739,22	10.522,39	40.261,61
Transportes	467,80	4.542,69	5.010,49
Manutenção de Veículo	1.964,47	145,00	2.109,47
Combustível	3.040,10	2.780,15	5.820,25
Vale Transporte	3.085,50	3.288,00	6.373,50
Hospedagem	22.847,66	1.345,00	24.192,66
Estacionamento	5,00	23,00	28,00
Locação de Veículo		600,00	600,00
Sub Total	61.149,75	23.246,23	84.395,98
Outras Serviços			
Material p/ Propaganda	400,00		400,00
Campanha e Divulgação	60,00	2.826,50	2.886,50
Publicação e Publicidade	480,00	804,00	1.284,00
Seminário e Encontro	1.050,00	3.500,00	4.550,00
Serviços Gerais	2.177,95	5.478,61	7.656,56
Eventos		620,00	620,00
Fórum	275,00	150,00	425,00
Inscrição	100,00	1.200,00	1.300,00
Auxílio Funeral	150,00		150,00
Auxílio Diversos		420,00	420,00
Serviço Elétrico	360,00		360,00
Subtotal	5.052,95	14.999,11	20.052,06
Imobilizado			
Máquinas e Equipamentos	6.191,15	4.044,17	10.235,32
Móveis e Utensílios	113,05	1.826,00	1.939,05
Obras em Andamento		4.508,57	4.508,57
Veículos	7.249,86		7.249,86
Telefone		69,80	69,80
Sub Total	13.554,06	10.448,54	24.002,60
TOTAL DESPESAS	345.350,86	315.758,76	661.109,62
SALDO	7.080,83	60.431,63	49.943,38
COMPOSIÇÃO DE SALDOS			
CAIXA	270,21	270,21	270,21
B.BRASIL 722.700-0	2.548,59	43.377,90	43.377,90
B.BRASIL 10.485-X	2.419,98	15.298,74	15.298,74
Adiant. Atividade	415,90	520,92	520,92
Adiant. Salário	700,00	1.031,00	1.031,00
Empréstimos a Terceiros	800,00	400,00	400,00
Obrigações Tributárias	-73,85	-467,14	-467,14
TOTAL	7.080,83	60.431,63	60.431,63

Raymundo Trindade da Silva
Secretaria de Administração e Finanças

Maria de Fátima Viana de Moura
Secretaria de Administração e Finanças

Sede Campestre: acordo garante preservação do patrimônio do sindicato

Em agosto de 2010, a justiça colocou a sede campestre do SINTPREVS em leilão em função de um dívida de R\$ 860 mil referente ao honorário de sucumbença do processo judicial perdido relativo aos 45% dos militares que estava em litígio desde 1994. Diversas diretorias, em vão, tentaram suprimir essa dívida através do pedido de anistia. A atual diretoria do SINTPREVS, em conjunto com sua assessoria jurídica realizou todos os esforços, viajando à Brasília e negociando junto com a Advocacia-Geral da União, e conseguiu barrar o leilão de nossa sede. Conseguirmos também a

diminuição da dívida para R\$ 740 mil, valor que está sendo pago desde o início de 2011, restando 46 parcelas no valor de R\$ 15.260,05. Apesar do comprometimento das finanças do sindicato, a atual diretoria acredita na importância da preservação deste patrimônio que é de todos os filiados. Mesmo com todas as dificuldades financeiras decorrentes do pagamento desta dívida, o SINTPREVS tem envidado todos os esforços para se manter na luta por melhores condições de trabalho e na garantia de nossos direitos.



Delegacia Sindical de Base:

A força do sindicato está em nossas mãos!

O CONGRESSO DE FUNDAÇÃO DA 1ª DELEGACIA SINDICAL DE BASE DO SINTPREVS FOI REALIZADO NO DIA 27 DE JANEIRO EM CASTANHAL.

O SINTPREVS pretende fundar neste ano mais três Delegacias Sindicais de Base em todo o Pará. Com isso, o SINTPREVS pretende fortalecer a democracia interna do sindicato, estimular uma maior participação política dos servidores nos rumos de suas vidas e carreiras, e enraizar o sindicato em todo o Estado, transformando-o numa importante referência para as mais diversas lutas que estão por vir. O Congresso de Fundação da 1ª Delegacia Sindical de Base do SINTPREVS, que abrange as cidades de Paragominas, Capanema, Benevides, Santa Izabel, São Miguel do Guamá, Bragança e Castanhal foi realizado no dia 27 de janeiro em Castanhal.



Logo pela manhã, após a leitura e aprovação do regimento interno do Congresso e uma breve saudação dos convidados, entre eles, Carlos Martins (Executiva da FENASPS) e Raiza (representante do Centro Regional de Saúde) foi dado início à mesa sobre conjuntura realizada pela companheira Professora Araceli Lemos, e pelo representante da Intersindical, Marcos Soares.

Em sua exposição, Araceli demonstrou a importância do debate conjuntural e falou sobre a atual crise econômica: “A crise global está longe do fim, ao contrário do que a propaganda nos faz crer. É uma crise profunda, do próprio sistema capitalista, que só avança e acumula se for às custas da dor da maioria”.

Além disso, Araceli criticou os gastos do orçamento federal que destina

quase metade de seu orçamento para o pagamento de juros e amortizações da dívida pública, destinando apenas 2,99% para a educação e 4,07% para a saúde pública no último ano, demonstrando a falta de investimentos em áreas estratégicas para a superação das desigualdades do país.

Marcos Soares falou sobre os diversos projetos que estão tramitando nas instâncias governamentais, como a quebra da paridade, que faz com que o salário dos aposentados seja quase metade do de um funcionário da ativa.

Em seguida, Iranilda Coutinho, chefe do SEGEP/MS falou sobre a avaliação de desempenho dos servidores federais.

Vários presentes se manifestaram após a exposição, criticando a falta de projetos de qualificação e ausência de uma clara definição sobre as funções dos servidores.

Voltando do almoço, Fátima e Antonio Maues expuseram os debates que tem sido realizados no GT da carreira, grupo de trabalho organizado pelo sindicato para analisar as planilhas salariais e diversos projetos de leis que só reforçam a precarização do trabalho no Ministério da Saúde e INSS. Em seguida, diversos servidores se agregaram ao GT que deve realizar reunião em Castanhal, ainda sem data definida.

Para finalizar o encontro, ocorreu a eleição da direção da Delegacia de Base, cuja chapa foi aclamada por unanimidade, dando início à primeira gestão da Delegacia Sindical de Base do SINTPREVS.

Ato de servidores expõe as péssimas condições dos locais de trabalho

DESDE O COMEÇO DE 2011, O SINTPREVS VEM EXIGINDO PROVIDÊNCIAS DOS ÓRGÃOS COMPETENTES PARA GARANTIR A SEGURANÇA DOS TRABALHADORES E BENEFICIÁRIOS QUE TRABALHAM E FREQUENTAM ESTE PRÉDIO

Na manhã desta sexta-feira (03), o SINTPREVS e servidores do INSS realizaram um ato denunciando as condições físicas e a precariedade dos espaços de trabalho no prédio do INSS Nazaré.

Desde o começo de 2011, o SINTPREVS vem exigindo providências dos órgãos competentes para garantir a segurança dos trabalhadores e beneficiários que trabalham e frequentam este prédio, já que muitos relatam a presença de rachaduras e tremores. Além disso, muitos reclamam que o ambiente de trabalho é muito restrito para as necessidades das atividades realizadas devido à superlotação do prédio.

Segundo servidores, estes problemas se tornaram mais gritantes depois que servidores do prédio Costa e Silva foram removidos para este na Avenida Nazaré, em função de um incêndio ocorrido naquele prédio em 2010. Na ocasião, servidores de 17 andares e 10 departamentos foram transferidos como uma solução provisória, mas até hoje, o problema não foi efetivamente resolvido. Foram 165 trabalhadores do Edifício Costa e Silva que se juntaram aos 260 do Edifício Sede e um aumento da



presença de segurados e usuários dos serviços do INSS para quase 500 pessoas ao dia.

A ex-senadora, Marinor Brito também participou do ato. “Se houvesse responsabilidade política, até que tudo fosse averiguado, o funcionamento do prédio deveria estar paralisado” disse Marinor. A ex-senadora ainda alertou aos presentes sobre a proposta de uma nova reforma da previdência que está sendo proposta pelo governo federal e que deve atacar ainda mais os direitos dos trabalhadores.

Fátima Moura, diretora do SINTPREVS, lembrou que em 2010, após seis anos de intensas mobilizações e uma greve de 42 dias, servidores do Ministério da

Saúde instalados no prédio da rua Manoel Barata foram removidos em função dos riscos que este edifício apresentava, mostrando que só unidos e atuantes podemos melhorar a situação de nossos locais de trabalho, não só neste caso específico do edifício do INSS Nazaré, mas em todas as lutas que nos garantam uma vida digna e plena de direitos.

SINTPREVS mantem pressão por cumprimento das 30 horas

NA CIDADE DE CASTANHAL, O SINTPREVS PARTICIPOU DE DUAS REUNIÕES PARA PRESSIONAR AS GERÊNCIAS PARA ESTE CUMPRIMENTO: NA PRIMEIRA DELAS, OS SERVIDORES QUESTIONARAM A CHEFIA DESTA APS PELO PARECER APRESENTADO À GERÊNCIA DE BELÉM (GEREX) QUE SE COLOCAVA CONTRÁRIO À IMPLEMENTAÇÃO DAS 6 HORAS.

Desde o dia 1º de março em todo o Brasil, as agências do INSS passaram a realizar o turno de 12 horas, como consequência da luta da categoria pelo retorno das 6 horas de trabalho. Uma série de critérios são necessários para esta implementação, como número mínimo de 10 servidores na APS, a existência da chefia de benefícios, supervisor e gestor da APS. No estado do Pará, três APS ainda não implementaram o turno estendido para seus servidores: Castanhal, Marabá e Jurunas.



Na cidade de Castanhal, o SINTPREVS participou de duas reuniões para pressionar as gerências para este cumprimento: na primeira delas, os servidores questionaram a chefia desta APS pelo parecer apresentado à Gerência de Belém (Gerex) que se colocava contrário à implementação das 6 horas. Depois de muita pressão, a servidora responsável pela chefia acabou colocando seu cargo à disposição.

Na segunda reunião, o Antonio Maués (SINTPREVS), Damiana Cabral (Gerência Executiva do INSS Belém) e Andre Fidelis (Superintendência Norte/Centro-Oeste do INSS) se reuniram

novamente e logo na chegada à APS de Castanhal, Damiana e André puderam perceber a falta de estrutura desta Agência, que já contava com quase 300 pessoas à espera de atendimento. Segundo Fidelis, no dia 06 de março, mais de 2000 pessoas aguardaram por mais de duas horas para serem atendidas em todo o Brasil, evidenciando o descaso do governo no investimento em novas contratações.

Nas agências de Marabá e Jurunas, as chefias também enviaram pareceres à Gerex se colocando contrários a esta implementação, mesmo sabendo que estas APS cumpriam com todos os requisitos presentes nas resoluções 175 e 177 do INSS que regem as 30 horas para os servidores.

Foi anunciado pela Gerex a inauguração no Pará de novas 56 agências do INSS, mas nada foi falado sobre abertura de novos concursos, o que sugere que a falta de estrutura e o quadro de funcionários em pouco deve se modificar, não trazendo soluções reais para os problemas que a categoria e a população enfrentam nas APS do Pará.

Câmara aprova pagamento de proventos integrais a aposentados por invalidez

Aprovada em segundo turno, PEC beneficia trabalhadores que entraram no serviço público até o fim de 2003; proposta será agora analisada pelo Senado.

Proposta aprovada pelo Plenário garante também paridade de reajuste com cargos da ativa.

O Plenário aprovou nesta terça-feira, em segundo turno, a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 270/08, que concede proventos integrais aos servidores públicos aposentados por invalidez permanente. A medida vale para os que tenham ingressado no serviço público até 31 de dezembro de 2003, data de publicação da Emenda Constitucional 41, a última reforma da Previdência. A matéria será votada ainda pelo Senado.

De acordo com o texto, o servidor que entrou no setor público até o final de 2003 e já se aposentou ou venha a se aposentar por invalidez permanente terá direito a proventos calculados com base na remuneração do cargo em que se der a aposentadoria, sem uso da média das maiores contribuições, como prevê a Lei 10.887/04, que disciplinou o tema.

Essas aposentadorias também terão garantida a paridade de reajuste com os cargos da ativa, regra estendida às pensões derivadas desses proventos.

Fonte: Agência Câmara de Notícias



Bancos e instituições financeiras comemoram a nova fraude previdenciária

ESTE REGIME DE CAPITALIZAÇÃO PASSA A INTEGRAR O SISTEMA GERAL PREVIDENCIÁRIO, CONTEMPLANDO FAIXAS DE RENDA SUPERIORES AO VALOR DO TETO ESTABELECIDO PARA O PAGAMENTO DE BENEFÍCIOS BANCADOS PELO ESTADO, ATRAVÉS DO CHAMADO REGIME DE REPARTIÇÃO.

Por Paulo Passarinho

O governo Dilma levou à frente o modelo previdenciário preconizado pelos bancos, com a aprovação, na Câmara de Deputados, do projeto que cria o Fundo de Previdência Complementar dos servidores públicos federais – o Funpresp. Este modelo teve o seu início com as mudanças efetivadas por FHC, principalmente no regime geral da previdência social, referente aos trabalhadores do setor privado. No governo Lula, esse processo prosseguiu com mudanças nas regras previdenciárias do regime próprio dos servidores. Uma dessas mudanças previa a criação deste fundo de previdência complementar, agora regulamentado pelo projeto aprovado na Câmara, e que terá ainda de passar pelo Senado Federal, antes da sanção presidencial.

Esse modelo, defendido pelo Banco Mundial, sempre foi explicitado como uma exigência do setor financeiro, constante em uma série de condições inclusas nos diversos acordos firmados pelo Brasil com o FMI. A característica básica desse modelo é a instituição do chamado regime de capitalização, para o financiamento de aposentadorias e pensões. Este regime de capitalização passa a integrar o sistema geral previdenciário, contemplando faixas de renda superiores ao valor do teto estabelecido para o pagamento de benefícios bancados pelo Estado, através do chamado regime de repartição.

Quais são as características desses dois modelos, o de repartição e o de capitalização, no caso brasileiro?

No regime de repartição, que é o adotado constitucionalmente pela Previdência Social Pública brasileira, as contribuições de empregados e empregadores, acrescidas de receitas de contribuições específicas do Orçamento da Seguridade Social, financiam o pagamento dos benefícios – pensões e aposentadorias. Trata-se de um regime de solidariedade entre gerações, onde a camada da população em idade laborativa paga a despesa da parcela da população que já se encontra aposentada. No caso brasileiro, o Orçamento da Seguridade Social também é a fonte de financiamento das despesas de saúde e de assistência social – importante conquista da Constituição de 1988 – e que conta, para tanto, com contribuições tributárias. Afora situações especificamente previstas em Lei, e que no seu conjunto são residuais, o valor estabelecido atualmente como teto máximo de pagamento é de R\$ 3.916,20.

O regime de capitalização, por sua vez, baseia-se na concepção da contribuição individual de cada trabalhador ser destinada a um programa de investimento financeiro que, através de sua rentabilidade e capitalização, permita ao administrador desses recursos o pagamento futuro de benefícios diretamente relacionado ao trabalhador contribuinte. Esse modelo funciona, portanto, como se fora uma espécie de caderneta de poupança, individualmente definida para cada contribuinte. O valor futuro do benefício a ser pago ao trabalhador, pelo administrador dos recursos, dependerá do valor da contribuição efetivada pelo mesmo e do valor capitalizado ao longo do tempo, variável de acordo com a estratégia financeira adotada pelo aplicador/administrador desses recursos.

A diferença básica entre esses dois modelos é que, em um deles, o da repartição, o futuro do pagamento dos benefícios depende das contribuições da geração que se encontra em idade economicamente ativa. No outro modelo, o futuro do pagamento depende do sucesso rentável das aplicações a serem feitas. No regime de repartição, o futuro é garantido pelo trabalho; no regime de capitalização, o futuro depende da especulação.

No caso brasileiro, é importante, também, contestar versões oportunistas que nos dão conta de um envelhecimento acelerado da população brasileira – que colocaria em risco crescente o modelo de repartição.

Lembro que, em 2010, de acordo com o IBGE, 67% da população encontravam-se na faixa de idade entre 15 e 65 anos, e menos de 10% da população tinham idade acima de 65 anos. A projeção do IBGE, para o ano de 2050, estima que teremos um pouco menos de 20% da população com mais de 65 anos, enquanto a população economicamente ativa (entre 15 e 65 anos) se situaria um pouco acima de 63% do total de brasileiros. Mesmo levando-se em conta que boa parte dessa população ativa não esteja contribuindo para uma previdência pública, não há problema à vista, desde que tenhamos crescimento econômico e formalização do mercado de trabalho.

Ao contrário, com decisões adequadas, temos, ou teríamos, todas as condições de fortalecer um robusto e importante fundo previdenciário, nos preparando – de fato – para um futuro onde essas excepcionais condições de distribuição etária da população brasileira viessem a se alterar. Porém, estamos tomando o caminho

inverso.

Uma das conseqüências do avanço das mudanças previdenciárias no regime geral da previdência foi a adoção de uma série de medidas que, na prática, reduzem o valor médio das aposentadorias efetivamente pagas.

O resultado desse processo é que, nos últimos anos, cresceu de forma espetacular no Brasil o mercado de previdência privada, baseado justamente nos regimes de capitalização. Frente ao reduzido valor-teto do benefício pago pelo INSS, houve uma corrida da parcela da população com renda suficiente para tanto para esses programas privados de previdência.

Isto significa que parcela importante da poupança previdenciária dos trabalhadores brasileiros se direciona, de forma crescente, aos esquemas da previdência privada, ao invés de serem fontes de financiamento e sustentação de uma previdência social pública, baseada no seguro regime de repartição.

E quem são os principais beneficiários desse processo? Justamente, os tais administradores profissionais dos esquemas de capitalização: bancos, fundos de investimento, administradores de carteira, em especial fundos de pensão.

A esfera financeira pelo mundo inteiro – e a crise mundial deixa clara essa situação – exige profundas mudanças, no sentido de se deter um processo especulativo que não tem condições de ser mantido.

Apesar de todas essas evidências e impulsionado pela ganância do sistema financeiro, há mais de duas décadas se construiu no Brasil uma poderosa campanha com o intuito de se desmoralizar o absolutamente viável esquema da previdência social pública, baseado no regime de repartição.

Apesar de serem os superávits do Orçamento da Seguridade Social os principais financiadores dos déficits do Orçamento do Tesouro – provocados pelo pagamento de juros –, o que se propala é a ocorrência de um falso déficit previdenciário, ignorando-se as receitas constitucionais da seguridade social e se naturalizando as despesas financeiras da política monetária, como se fossem inexistentes ou um não problema.

Como ocorre com o discurso oficial sobre o regime geral da previdência pública, alega-se a existência de déficit em torno de uma despesa constitucional, de obrigação do Estado, que é o pagamento de pensões e aposentadorias aos servidores, com recursos do Tesouro.

Ao mesmo tempo, propõe-se que a atual alíquota de contribuição dos servidores – de 11% sobre o total dos seus vencimentos – seja agora aplicada apenas até o valor de R\$ 3.916,20, para a garantia do benefício previdenciário pelo governo. A partir desse valor, a alíquota a ser cobrada para os futuros servidores seria de 8,5%, e a receita destinada a fundos de previdência complementar, específico para cada um dos poderes, e administrado por instituições financeiras, autorizadas e registradas na CVM – Comissão de Valores Mobiliários. Ou seja: apesar de um suposto déficit, institui-se a criação de uma alíquota menor de contribuição. E, prometendo-se uma maior segurança financeira para o pagamento, entregar-se-á uma massa de recursos significativa aos bancos e outras instituições financeiras. O cumprimento da promessa ficará para um futuro longínquo, no tocante às pensões e aposentadorias dos servidores públicos civis federais.

Não sem razão, os magistrados, através de suas associações representativas, já se preparam para discutir a inconstitucionalidade desse projeto no STF. Enquanto isso, os bancos e instituições financeiras do “mercado”, lógico, apenas comemoram essa verdadeira fraude previdenciária.

No afã de se apropriar dessa significativa parcela da poupança previdenciária dos servidores públicos federais – e que, com certeza, chegará às esferas estaduais e municipais –, o grupo Itaú/Unibanco, na véspera da irresponsável votação realizada na Câmara de Deputados, não se furtou em, através de nota do seu departamento econômico, defender explicitamente a aprovação do projeto. Faz todo sentido.

Paulo Passarinho é economista e apresentador do programa de rádio Faixa Livre. Fonte: Correio da Cidadania